

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT01.067

O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REFLEXÃO TEÓRICO-PEDAGÓGICA

FABIO SILVA DE OLIVEIRA

Doutor pelo Curso de Ciências da Educação da Faculdade de Teologia e Ciências (FATEC) - SP, fabiooliveira.supervisor@gmail.com;

ALEX BRUNNO BEZERRA DA SILVA

Graduado do Curso de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba - PB, Alexbrunno91@gmail.com;

FLÁVIA SILVA DE OLIVEIRA

Especialista do Curso de Supervisão Escolar da Faculdade Venda Nova do Imigrante - MG, flaviasilva27@gmail.com;

JOSÉ LUCAS SILVA DE ARAÚJO

Especialista do Curso de Produção Textual da Faculdade Venda Nova do Imigrante - MG, lucasaraujo2016.2@gmail.com.

RESUMO

Este estudo tem como finalidade refletir sobre o processo de leitura e de escrita na educação básica, com base numa revisão bibliográfica sobre essa temática. Os estudos feitos para entender como acontece esse processo de alfabetização, têm enfatizado que a prática do professor vem passando por várias modificações no que diz respeito ao processo de aprendizagem da leitura e a escrita, não tendo como pressuposto simplesmente o ensino da decodificação de letras e sílabas, mas a importância de se dar um sentido a palavra. O objetivo geral consiste em refletir, do ponto de vista teórico e pedagógico, acerca do processo de leitura e de escrita na educação básica. Como específicos, sublinhamos: a) Conhecer, com base nos autores, a teoria sobre o processo de leitura e de escrita; b) Apresentar, segundo a legislação educacional brasileira, o que essas leis tratam sobre leitura e escrita; e, por fim, c) Refletir, do ponto de vista teórico e pedagógico, as questões que envolvem leitura e escrita no ensino fundamental. Além desses objetivos, este trabalho procurou responder a seguinte questão: como ocorre o processo de leitura e da escrita na educação básica, partindo da teoria e da legislação

educacional brasileira? Como referencial teórico dialogamos com Emília Ferreiro, Paulo Freire, Ana Teberosky, Magda Soares, entre outros. Os mesmos contribuem até hoje com as suas pesquisas para uma educação melhor e suas teorias servem de ponto de partida para a prática de muitos educadores. Por fim, compreendemos que, a partir de uma reflexão, decorrente das leituras teóricas realizadas, o processo de leitura e de escrita se constitui um aspecto imprescindível para a aprendizagem dos alunos, em especial dos anos iniciais da educação básica.

Palavras-chave: Leitura, Escrita, Educação básica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão teórica sobre o processo de leitura e de escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. É importante destacar que, historicamente, o homem sempre sentiu essa necessidade de registrar suas vivências e, assim como no passado, hoje o ato de ler e escrever faz parte do processo de desenvolvimento cognitivo da criança.

Os estudos feitos para entender como acontece esse processo de alfabetização têm enfatizado que a prática do professor vem passando por várias modificações no que diz respeito ao processo de aprendizagem da leitura e a escrita, não tendo como pressuposto simplesmente o ensino da decodificação de letras e sílabas, mas a importância de se dar um sentido a palavra. Esse aspecto também é comentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que se sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata apenas de extrair informação escrita decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica necessariamente, compreensão (BRASIL, 1997, p. 69)

Com relação à leitura e à escrita, os PCN's também comentam a necessidade de uma compreensão significativa do texto que vai muito além de uma decodificação letra por letra. Nesse contexto, o professor deve ser capaz de descobrir as capacidades dos educandos e seu papel é de orientador, mediador das interações e aprendizagens.

A fim de cumprir essa função, todo docente deve ser um bom leitor e compreender a prática social de uso da linguagem, para despertar o prazer pela leitura e escrita em seus educandos, dessa forma, elaboramos como objetivo geral, refletir, do ponto de vista teórico e pedagógico, acerca do processo de leitura e de escrita no ensino fundamental. Como específicos, sublinhamos: a) Conhecer, com base nos autores que estudam, a teoria sobre o processo de leitura e de escrita; b) Apresentar, segundo a legislação educacional brasileira, o que essas leis tratam sobre leitura e escrita; e, por fim, c) Refletir, do ponto de vista teórico e pedagógico, as questões que envolvem leitura e escrita no ensino fundamental.

Além desses objetivos, este trabalho procurou responder a seguinte questão: como ocorre o processo de leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, partindo da teoria e da legislação educacional brasileira? A metodologia adotada foi a bibliográfica, uma vez que se tratou de uma pesquisa teórica. Nessa perspectiva, apontamos os diversos fatores que influenciam a aprendizagem da leitura e escrita foram estudados, como a concepção de leitura e escrita e a aquisição da leitura e escrita nos anos iniciais, principalmente a importância do educador compreender cada fase pela qual cada criança passa no processo de aprendizagem individual de cada uma.

A importância de se trabalhar nos anos iniciais o conhecimento prévio do educando foi o fator em comum entre todos os autores estudados, segundo eles a leitura de mundo que a criança traz de casa, é o ponto de partida para uma boa aprendizagem e serve como guia para o educador orientar a sua prática pedagógica.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE LEITURA E DE ESCRITA (ALFABETIZAÇÃO)

Inicialmente, é válido ressaltar que leitura e escrita são indissociáveis e, neste momento, faz-se importante conceituá-las. Leitura e escrita se constituem como uma construção, que custa à criança a compreensão das letras/sons para chegar à construção das palavras. Portanto alfabetizar, segundo o dicionário Aurélio, é ensinar a ler, mas, para Magda Soares, alfabetizar vai além das aquisições das habilidades de ler e escrever.

Rejeitando que ler e escrever podem ser habilidades mecânicas da língua, pode-se aprender no sentido apenas da codificação da língua oral em língua escrita e da decodificação da língua escrita em língua oral. Nessa perspectiva, ler e escrever trata-se das práticas sociais e culturais do mundo. Sobre a leitura e, mais especificamente, acerca da interação do leitor com texto, Kato (1999, p. 15) afirma que:

É necessário que a pessoa atue de determinada maneira sobre o objeto para que os sinais externos de realização do ato sejam captados como identificadores do processo de leitura. Além de interpretar os índices da ação de ler, é também necessário que o objeto com o qual o leitor

interage seja identificado como algo que pode ser lido ou algo que serve para ler (KATO, 1999, p.15)

Essa explicação nos faz entender que não é apenas na escola que se pratica o ato de ler e escrever. A leitura, em especial, é uma das práticas sociais mais importantes para o ser humano, mesmo naquelas sociedades consideradas ágrafas. Transmitir às novas gerações valores e modelos educacionais nas quais os jovens possam pautar sua caminhada rumo à sua vida adulta de cidadão ético e responsável...vivemos numa época em que as mudanças ocorrem em ritmo, no mínimo, acelerado... tornem-se rapidamente ultrapassadas para orientar a vida dos adolescentes que vivem em uma realidade contemporânea em contínua transformação (SILVA, 2010, p. 57).

A Leitura é uma fonte de estimulação para a criança, um item que desperta curiosidade, dando oportunidade a novas experiências, e concedendo-lhes um desenvolvimento psicológico sadio na formação do aluno é imprescindível, pois favorecerá sua maturidade psicológica, desenvolverá sua imaginação, a capacidade de interpretar e compreender os textos, obter conhecimento e ser uma possibilidade de lazer, é importante considerar o seu nível de desenvolvimento, e para que a criança se torne leitoras no ensino fundamental deve haver o estímulo da escola e dos professores, onde a leitura torne-se um prazer e não uma obrigação, e execute atividades de leitura e escrita, passando a escrever alfabeticamente e com maior independência.

Entretanto, ensinar a ler e escrever não é uma atividade simples, esses processos passaram por diversos caminhos de desencontros entre leitura, escrita e a aprendizagem, de modo que as dificuldades oriundas de diversas causas eram atribuídas de forma equivocada: ora ao método, ora ao professor, ora a família, ora ao sistema, e sem encontrar soluções para tais desencontros, foi gerando fracasso escolar: o da leitura e da escrita.

Diante desses desafios, é relevante situar historicamente as práticas de leitura e escrita no Brasil. A alfabetização trilhou por caminhos diversos e até excluída com a classe menos favorecida. Por não alcançar resultados satisfatórios buscou-se justificativas para apresentar um culpado. Em lugar de se buscar as causas que levaram ao fracasso, à dificuldade, buscou-se encontrar um culpado, assim não foram apontados como responsáveis: os métodos, a família /o aluno e, por fim, nos anos 70, é que se muda de paradigmas, para não se procurar o culpado e sim entender como as crianças aprendem.

No primeiro momento, na primeira metade do século XX, muitas crianças não aprendiam a ler e escrever, e muitas nem sequer chegavam a frequentar a escola, e esse fracasso foi atribuído aos métodos, que foram julgados como inadequados. Num segundo momento, nos anos 60, a discussão se deu para se investigar por que as crianças que não aprendiam. Surgem então as famosas teorias do déficit, que supõem que para ocorrer a aprendizagem necessita-se de pré-requisitos cognitivos, psicológicos, perceptivos, motores, linguísticos.

Sendo assim, as famílias mais pobres foram responsabilizadas pelo fracasso escolar, recaindo sobre elas a culpa por não terem condições para proporcionar as habilidades necessárias à aprendizagem de seus filhos. É o déficit cognitivo e/ou a carência cultural responsável e isso consolidou que a pobreza impedia a aprendizagem.

Num terceiro momento, nos anos 70/80, ocorre uma mudança significativa para se compreender o processo da leitura e escrita. Em lugar de procurar o culpado, as pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985) foram instigar e entender como as crianças aprendem e o que elas pensam a respeito da escrita. Assim, um trabalho investigativo trouxe uma mudança relevante para a educação e para o entendimento dos educadores, através da Psicogênese da língua escrita. Tal pesquisa, voltada para a aquisição do conhecimento, concluiu que a alfabetização é a apropriação de um objeto conceitual. Ampliou-se, assim, a compreensão de como se dá esse processo através de hipóteses, como esses processos cognitivos do qual a construção é longa e complexa.

Para isso, as pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1979) foram buscar conceitos inovadores, que fortaleceram a ideia de como a criança aprende e foi a partir daí que chegaram a conclusão dos níveis de escrita, uma inovação no mundo da alfabetização, pois é um processo ativo, contínuo de construção, no qual a criança constrói e reconstrói hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita - pró-letramento, logo, é na atividade do sujeito em interação com o objeto de conhecimento que a criança, já antes de ingressar no ambiente escolar, tem ideias e levanta hipóteses sobre o código escrito, descrevendo os estágios linguísticos que percorre até a aquisição da leitura e da escrita. Segundo Teberosky (2005, p. 19):

A Psicogênese não é um método e sim uma teoria que explica o processo de aprendizagem da língua escrita. Nesse contexto, defendemos a integração de várias práticas pedagógicas. Mas o importante é que

se leve em conta, além do código específico da escrita, a cultura e o ambiente letrados, em que a criança se encontra antes e durante a alfabetização. Não dá para ela adquirir primeiro o código da língua e depois partir para a compreensão de variados textos. Nós acreditamos que ambos têm que ocorrer ao mesmo tempo, e aí está o diferencial de nossa proposta (TEBEROSKY, 2005, p.19).

A partir das contribuições dessas teorias, passou-se a rejeitar um ensino baseado em palavras, frases e textos construídos longe da realidade da criança e a estimular uma prática que faz parte o contexto da criança, para que a criança se aproprie da leitura e da escrita, dentro da sua vivência, ou seja, do seu mundo real, para mergulhar no mundo letrado. Para as autoras os níveis são:

- a. **Nível pré – silábico** – neste nível a escrita da criança caracteriza-se pela tentativa de imitação. Possuem dificuldades em diferenciar letras e números, por isso a escrita é subjetiva, serve para nomear as coisas, por isso se pegam as características dos objetos.

Neste nível a criança ainda não está preparada para reconhecer a escrita como uma forma de comunicação, e usam pseudo-letras. Nessa perspectiva, o/a professor/a deverá fazer as intervenções pedagógicas, que facilitem a construção à compreensão da escrita: trabalhar a construção do nome próprio, uma vez que é extremamente significativo para a criança, utilizando-se do crachá, pontuando letras, quantidade de letras, a primeira e a última letra do nome.

- b. **Nível silábico** – Neste nível surge a hipótese silábica, na qual a criança atribui valor sonoro às letras e julga que um vale por uma sílaba. Este é o primeiro momento em que a criança relaciona fala e escrita, considerando o caráter sonoro e a representação.
- c. **Nível silábico – alfabético** – Evoluindo em suas hipóteses, neste nível a criança passa da hipótese silábica para a hipótese alfabética. É de grande riqueza este momento, que possibilita à criança a coordenação de suas hipóteses, perceber que uma letra somente não é capaz de representar a sílaba e assim, começa a acrescentar letras à escrita, formando as sílabas e avança para a construção da escrita.

- d. **Nível – alfabético** – Chegando a este nível, a criança já compreende que os diferentes caracteres da escrita correspondem a valores sonoros menores que a sílaba e se aproxima da escrita convencional. Assim, na sua escrita ela analisa os fonemas das palavras, considerando sua dimensão sonora e vai, aos poucos, se defrontando com as dificuldades próprias da ortografia, começa a perceber a complexidade da escrita. Compreendido o sistema de escrita, passa-se a busca da compreensão do sistema ortográfico de escrita.

Nessa explanação, no que tange à construção, a criança, sem medo de errar, avança na construção de textos, e o/a professor/a precisa continuar investindo em conversas, contando histórias todos os dias, debates diários; possibilitar as estratégias de leitura para que a criança vá além da decodificação; Produção coletiva tendo o/a professor/a como escriba e produção individual; reescrita dos textos, sendo corrigida também pelo/a professor/a, enfim inúmeras atividades para que a criança conheça as regularidades e irregularidades da língua, e assim avancem para o nível ortográfico.

Portanto, à luz dessa concepção, a alfabetização se dá numa perspectiva de descoberta de novos conhecimentos, em se tratando logo da sua história de vida, do seu mundo real adentrando num mundo fictício que a leitura é capaz de proporcionar tamanha viagem no mundo da imaginação, fazendo seres pensantes e encantados pelo mundo letrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LEITURA E ESCRITA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALUNO DO PONTO DE VISTA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A Constituição da República Federativa do Brasil é um documento legal que instituiu o Estado democrático, cuja principal função é assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade que respeita a pluralidade social, econômica, cultural, religiosa, entre outros princípios éticos e morais.

No que concerne à educação, o art. 205, da CF/88 garante aos cidadãos brasileiros que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 121).

Esse artigo afirma que todos os cidadãos têm direito a educação de qualidade, independentemente de qualquer classe social, religião ou raça. Sendo assim, a educação transforma cidadãos e qualifica-os para o trabalho. Ainda acerca da garantia de educação podemos citar o art. 208, da CF/88 que diz que: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p. 122).

Nesse nível educacional espera-se que o educando seja alfabetizado e que chegue ao 3º ano com hábitos de leitura e de escrita contínuos para a ampliação de seus conhecimentos no decorrer de sua vida escolar, ou seja, que o aprendiz se torne pessoa letrada ainda no ensino fundamental. Para Soares (1998, p. 39), “letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e escrita; é também o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e das suas práticas sociais”.

Dessa forma, uma pessoa letrada é mais que alfabetizada, é o sujeito que compreende a língua como “fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso”, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. A fim de alcançar tal letramento, a BNCC estipula como competências básicas de Língua Portuguesa:

1. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
- 2 Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. (BNCC, 2018, p.87)

A partir dessas competências, depreende-se que a criança, para se tornar letrada, precisa dominar a leitura e a escrita como fenômenos significativos

e em uso social, por isso os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa explicam que a escola precisa proporcionar materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leituras eficazes, pois:

Essa pode ser a única oportunidade de esses alunos interagirem significativamente com textos cuja finalidade não seja apenas a resolução de pequenos problemas do cotidiano. É preciso, portanto, oferecer-lhes os textos do mundo: não se formam bons leitores solicitando aos alunos que leiam apenas durante as atividades na sala de aula, apenas no livro didático, apenas porque o professor pede. Eis a primeira e talvez a mais importante estratégia didática para prática de leitura: o trabalho com a diversidade textual. Sem ela pode-se até ensinar a ler, mas certamente não se formarão leitores competentes (BRASIL, 2001, p. 55).

De acordo com a perspectiva do documento acima citado, leitura e escrita estão, intrinsecamente, relacionadas à formação de cidadãos, de leitores críticos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam e aptos a interagirem com o meio no qual estão inseridos de modo significativo. Assim, conforme Lajolo (2003), parafraseando Paulo Freire, leitura boa é aquela que nos empurra para a vida, que nos leva para dentro do mundo que nos interessa viver.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES NO PROCESSO PARALELO AOS NÍVEIS DA PSICOGÊNESE

De acordo com os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1996) – com a abordagem da Psicogênese da Língua Escrita as atividades com letras realizadas através de vários alfabetos de forma e tamanhos variados, confeccionados com diferentes matérias primas: lixa, madeira, plástico, cartolina, entre outros. São usadas simultaneamente letras cursivas e de imprensa.

O alfabeto: O trabalho com alfabetos pretende ajudar as crianças a caracterizar as letras com uma categoria bem definida, o disseminar os aspectos espaciais das letras e associá-las aos sons correspondentes.

As palavras: As atividades com palavras isoladas podem permitir que as crianças comecem a vincular parte da fala com partes de escrita. Há um conjunto privilegiado de palavras: os nomes dos alunos e da professora. A partir desses nomes cada aluno e cada turma irá construir um tesouro, que consiste em um conjunto de palavras selecionadas pela significação que lhes é atribuída.

Os textos: As atividades com textos incluem: leituras de histórias, invenção de histórias a partir de desenhos, escrita e leitura de cartas, acontecimentos significativos, música da moda, entre outros.

Vale ressaltar, que as atividades devem ser desenvolvidas de acordo com o nível em que a criança se encontra. Vejamos abaixo algumas atividades que podem ser desenvolvidas de acordo com cada nível psicogênese. Deve-se lembrar que a criatividade do professor é de suma importância nesse processo.

- **Nível pré-silábico:** No nível pré-silábico, escrever pode ser desenhar, garatuja no papel, reproduzir simplesmente letras, entre outros. Ler pode ser olhar uma folha de papel, virar a página de um livro, falar em voz alta segurando em papel, descrever um desenho, inventar uma história, entre outros. As atividades propostas a este nível devem diversificar para os três níveis da psicogênese. Para os pré-silábicos devem-se trabalhar as letras enquanto entidades individuais, buscando associar-lhe nome às formas.

Neste nível, as leituras devem ser preferencialmente de textos já previamente memorizados pelas crianças, como letras de músicas conhecidas, ou histórias inventadas pelo próprio aluno, de modo que ele possa acompanhar o texto escrito, lendo a pronúncia do seu conteúdo à disposição imediata. Ainda neste nível, o aluno já teve condição de estabelecer certa correspondência da primeira letra de uma frase com a pronúncia que lhe está associada e pode ser solicitada a identificação das frases escritas. Desse modo, o professor deve abrir espaço para a escrita dos alunos neste nível, sem julgá-las como erradas, mas criando situações em que o questionamento de suas produções se imponha logicamente para eles.

- **Nível silábico:** Grossi (1988, p. 4) destaca que:

O nível silábico é um momento especialmente propício a escrita, porque a hipótese de que cada sílaba pode ser escrita por uma letra é uma solução incompleta para explicar o sistema que estrutura a língua escrita, mas que satisfaça à criança naquele momento. Essa é uma nova maneira encontrada pela criança de entrar no mundo da escrita. Aos poucos ela dar-se conta de que sua hipótese não é completa, por que não resolve os problemas do sistema de escrita, não permite sua decodificação. Ela

vai descobrir que pode escrever tudo o que quer, mas que foi escrito não pode ser lido por que faltam letras (GROSSI (1988, p. 4).

Além disso, Grossi fala sobre a aquisição da escrita como conquista: “Desse modo, essa conquista se faz por meio de um trabalho com a escrita de muitas palavras. Trata-se de um trabalho e não um simples contato com escritas, pois o que preside na aprendizagem é a ação e não a percepção” (GROSSI, 1988, p. 11). É importante assinalar que, no nível silábico, leitura e escrita começam a ser vistas como duas ações com certo tipo de interligação coerente.

Desse modo, os sujeitos que se alfabetizam trata os elementos presentes no campo conceitual da leitura e da escrita formando duplas, como por exemplo: /desenho/ escrita;/ letra/ algarismo;/palavra/ números; / quantidade de letras/ tamanho de referente;/ leitura/escrita; leitura/desenho; / escrever/ movimento de escrita; / palavra/ muitas letras; /ler/ postura de alguém que ler; /Ler/ falar em voz alta olhando um papel escrito ou não (BRASIL, 2013, p. 10).

Essas e outras duplas constituem o sistema de base que vai dar origem à compreensão da nossa língua escrita, assim apresenta no Fascículo do Programa Escola Ativa do Governo Federal (BRASIL, 2009), iniciativa voltada para aprendizagem significativa das escolas multiseriada e escolas do campo. “Leitura (ler) e escrita (escrever) aparecem em muitas duplas, inclusive numa em que estão juntas, mas isto não significa que elas sejam concebidas pela criança como ações distintas, nem que as crianças percebam suas investigações” (BRASIL, 2013, p. 25)

Com base nessa percepção, no nível silábico, atividades com as letras devem ser grandemente intensificadas. Os usos de muitos alfabetos de tamanhos diferentes e de matérias de diferentes tipos devem continuar à disposição dos alunos para que montem palavras ou frases livremente (BRASIL, 2013, p. 70).

- **Nível alfabético:** De acordo com o trabalho produzido pela formadora Caldeira (2003), trata-se do chamado “estalo” da alfabetização, o marco altamente significativo do ingresso no cerne do nosso sistema de escrita- a constituição alfabética de sílabas. O aluno começa a escrever alfabeticamente algumas sílabas e, para a escrita de outras, permanece silábico. Caldeira (2003, p. 12) sugere que:

As atividades deste nível impliquem na diversificação de atividades. Deve levar em consideração que uma classe inteira não avança igualmente no

mesmo espaço de tempo. Esta heterogeneidade, ao invés de atrapalhar, é muito benéfico ao andamento dos trabalhos em aula. Na interação social, a troca de pontos de vista diferentes aumenta as possibilidades de aprender. Portanto, a diversificação de atividades, segundo os níveis em que estiverem os alunos em sala de aula, é uma característica essencial de uma proposta que pretenda acompanhar o processo cognitivo deles. Essas podem servir para alunos em qualquer nível do processo (CALDEIRA, 2003, p. 12).

Atividades sobre aspectos ortográficos devem ser desenvolvidas após terem sido abordados os aspectos da língua escrita e é importante que o professor esteja sempre atento à proposta didática da escola e se permita ter uma prática reflexiva na qual mudanças e adequações de metodologias ocorra, de maneira estratégica, com o intuito de familiarizar a escrita e a leitura para os aprendizes. Em suma, deve-se em considerar as particularidades e os níveis de cada aluno durante o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, cabe dizer, teórico, sobre o processo da leitura e da escrita, foi essencial e reflexivo para que se possa trabalhar a leitura e escrita de forma mais significativa com os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Conclui-se que, para isso, é imprescindível compreender o ritmo de aprendizado de cada criança e seu desenvolvimento.

Além disso, considera-se que, embora o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental esbarre em vários desafios, é muito importante respeitar os ritmos e níveis de aprendizagens dos educandos que se desenvolvem de forma processual e conscientizá-los acerca da língua ser fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, conforme defendem os documentos norteadores da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Brasília, DF, 2013.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1999. 43.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogêneses da língua escrita**. Porto Alegre: ARTDMED, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSSI, E. P. **Didática da alfabetização: didática do nível silábico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GROSSI, E. P. **Didática da alfabetização: didática do nível alfabético**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KATO, M. A. **O aprendizado da leitura**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REYES, Yolanda. **A casa imaginária: leitura e literatura na primeira infância** / Yolanda Reyes. – 1. Ed. – São Paulo: Global, 2010. 44.

SILVA, L. M. P. **Dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita de crianças nas séries iniciais**. Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

SOARES, M. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 135-160, 2007.

SOARES, M. B. **Nada é mais gratificante do que alfabetizar**. Letra A, Belo Horizonte, abr. 2005. Entrevista, p. 10-14.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. **Presença pedagógica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 15-21, jul./ago. 2003.

TEBEROSKY, A. **Psicopedagogia da língua escrita**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEBEROSKY, A.; CARDOSO, B. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. Campinas: UNICAMP; Petrópolis: Vozes, 1993.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.